

Águas e Energia do Porto,  
E.M.  
NIF: 507718666  
Rua Barão de Nova Sintra,  
285  
Apartado 3504 | 4300-367  
Porto  
Tel. +351 22 519 08 00  
Fax: +351 22 519 05 50  
geral@aguasdoporto.pt

www.aguasdoporto.  
pt



## Convite



**Aquisição de Serviços para:**

**Elaboração de Solução Inteligência Artificial para o Atendimento ao  
Cliente**

**CONSULTA PRÉVIA N.º 057CNS25**

Exmos. Senhores:

Convida-se V. Exas. a apresentar proposta para a **aquisição de serviços para Elaboração de Solução Inteligência Artificial para o Atendimento ao Cliente** nos termos e condições previstos no Caderno de Encargos em anexo.

Atendendo ao valor e conteúdo do procedimento, será adotado o Consulta Prévia, nos termos do previsto na alínea c), do número 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos (doravante abreviadamente designado por CCP), decorrendo a sua tramitação de acordo com os artigos 112.º a 127.º do mesmo disposto legal.



## DISPOSIÇÕES GERAIS

### Artigo 1.º **Entidade Adjudicante**

CMPEAE - EMPRESA DE ÁGUAS E ENERGIA DO MUNICÍPIO DO PORTO, E.M., abreviadamente denominada por Águas e Energia do Porto E.M., sita na rua Barão de Nova Sintra, 285, Porto, Pessoa Coletiva n.º 507718666, matriculada na Primeira Conservatória do Registo Comercial do Porto.

### Artigo 2.º **Decisão de Contratar**

Por despacho do Senhor Administrador Executivo da Águas e Energia do Porto, E.M., datado de 17/02/2025.

### Artigo 3.º **Prevalência**

- 1 – As peças do procedimento prevalecem sobre as indicações constantes das plataformas eletrónicas de contratação, em caso de divergência.
- 2 - As indicações constantes do convite ou programa do procedimento, do caderno de encargos e da memória descritiva prevalecem sobre as indicações do anúncio em caso de divergência.
- 3 – As indicações constantes do caderno de encargos e da memória descritiva prevalecem sobre as indicações do convite ou programa do procedimento.

### Artigo 4.º **Plataforma eletrónica**

- 1 - O procedimento decorre na Plataforma Eletrónica Acingov, em <https://www.acingov.pt/acingovprod/2/>, onde devem ser apresentados as propostas, submetidos os relatórios preliminar e final, solicitadas as pronúncias e pedidos de esclarecimento, e respetivos documentos de habilitação, assim como todas as notificações do procedimento, minuta e contrato.
- 2 - Todos os documentos que devam ser emitidos pelo concorrente, deverão ser assinados eletronicamente, com certificado válido, pelo mesmo ou por quem tenha poderes para o obrigar, devendo ser comprovada esta qualidade, ao abrigo da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.

### Artigo 5.º **Fundamento da Escolha do Procedimento**

Atendendo ao valor e conteúdo do procedimento, será adotado a Consulta Prévia, nos termos do previsto na alínea c) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos



Públicos, decorrendo a sua tramitação de acordo com os artigos 112.º a 127.º do mesmo diploma.

#### Artigo 6.º **Esclarecimentos e erros e omissões**

1 - Quaisquer esclarecimentos ou erros e omissões relativamente a este Convite e ao Caderno de Encargos em anexo, deverão ser solicitados, no primeiro terço do prazo fixado para a apresentação de propostas, nos termos do número 1 do artigo 50.º do CCP.

2 - Em regra, as respostas aos pedidos de esclarecimento e listas de erros e omissões apresentados pelos interessados terão lugar até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, ou, se tal prazo não for observado, excecionalmente serão prestadas nos termos e com as consequências previstas no artigo 64.º do CCP.

3 - De acordo com a alínea a) do número 5 do artigo 50.º do CCP, compete ao responsável pela apreciação da proposta responder aos pedidos de esclarecimentos apresentados, desde que as referidas respostas não impliquem alterações às peças de procedimento.

4 - O órgão competente pela Decisão de Contratar, deve responder a todas as demais situações não incluídas no número anterior.

5 - O prazo definido no número 2 do presente Artigo pode ser alterado nas disposições particulares deste Convite, nos termos da alínea a) do número 5 do artigo 50.º do CCP.

6 - De acordo com o número 2 do artigo 50.º do CCP, consideram-se erros e omissões das peças do procedimento os que digam respeito a:

- a) Aspetos ou dados que se revelem desconformes com a realidade;
- b) Espécie ou quantidade de prestações estritamente necessárias à integral execução do objeto do contrato a celebrar;
- c) Condições técnicas de execução do objeto do contrato a celebrar que o interessado não considere exequíveis;
- d) Erros e omissões do projeto de execução que não se incluam nas alíneas anteriores.

7 - A lista a apresentar ao órgão competente para a decisão de contratar deve identificar, expressa e inequivocamente, os erros ou omissões detetados, com exceção dos referidos na alínea d) do número anterior e daqueles que por eles apenas



pudessem ser detetados na fase de execução do contrato, atuando com a diligência objetivamente exigível em face das circunstâncias concretas.

8 - O incumprimento do dever de identificar erros e omissões a que se referem os números anteriores tem a consequência prevista no número 3 do artigo 378.º do CCP.

#### Artigo 7.º **Modo e idioma de apresentação da proposta**

1 - Os documentos são obrigatoriamente redigidos na língua portuguesa, e serão apresentados no original ou em cópia simples, conforme estabelecido no artigo 58.º do CCP.

2 - Os documentos a que se refere o número 3 do artigo 57.º do CCP poderão ser redigidos em língua estrangeira, se assim for admissível nos termos do artigo 12.º do presente Convite.

#### Artigo 8.º **Documentos de habilitação do adjudicatário**

1 - O adjudicatário deverá apresentar os documentos de habilitação exigidos nas alíneas seguintes no prazo de **5 (cinco)** dias úteis a contar da data de notificação da adjudicação:

- a) Declaração emitida conforme o modelo a que se refere a alínea a), do número 1 do artigo 81º do CCP, de acordo com o seu Anexo II;
- b) Documentos comprovativos em como não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do artigo 55.º do CCP:
  - i) Registo criminal para efeitos de contratação pública, da empresa, do(s) titular(es) dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência;
  - ii) Certidão da Conservatória do Registo Comercial (Código de acesso à Certidão Permanente) ou Declaração de Início de Atividade;
  - iii) Declaração da situação regularizada relativamente às contribuições para a Segurança Social;
  - iv) Declaração da situação regularizada relativamente aos impostos perante o Estado.
- c) Identificação (nome completo, n.º do cartão de cidadão) do (s) representante(s) que irá(ão) outorgar o contrato em nome da Empresa de acordo com o estabelecido na Certidão Permanente, devendo também, ser mencionado se o(s) representante(s) dispõe(m) de certificado válido para assinar digitalmente o contrato;



d) Documento comprovativo da titularidade das habilitações legalmente exigidas para a execução do objeto do presente contrato, de acordo com o estabelecido pelo artigo 2.º da Portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro (caso aplicável);

e) Documento comprovativo do registo no RCBE, ou o respetivo código de acesso (caso aplicável), tendo em atenção o disposto na alínea b), do número 1 do artigo 37.º da Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto, o incumprimento das obrigações declarativas previstas no Regime Jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo, aprovado pela Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto, proíbe a celebração do contrato decorrente do presente procedimento constituindo causa de caducidade da adjudicação por força do disposto no artigo 87.º-A do CCP.

2 - Para a supressão de irregularidades detetadas nos documentos apresentados e que possam levar à caducidade da adjudicação, nos termos do disposto no artigo 86.º do CCP, será concedido o prazo adicional e no máximo de **5 (cinco)** dias.

3 - Quando se verificarem as situações previstas no número 1 do artigo 86.º do CCP, por facto que não seja imputável ao adjudicatário, será concedido o prazo adicional e no máximo de **5 (cinco)** dias, para apresentação dos documentos de habilitação, nos termos do número 3 do mesmo disposto legal.

4 - Os documentos de habilitação devem cumprir o estabelecido na Portaria n.º 372/2017.

5 - O adjudicatário não tem de apresentar os documentos previstos na alínea b) do número 1 do artigo 81.º do CCP se estiver registado no Portal Nacional de Fornecedores do Estado.

#### Artigo 9.º **Casos omissos e legislação aplicável**

1 - Para todas as matérias não expressamente reguladas relativas ao presente procedimento, observar-se-á o disposto no CCP e demais legislação aplicável.

2 – Nos termos do Regulamento UE 2016/679, de 27 de abril (RGPD), na sua última redação e demais legislação aplicável, os dados pessoais que tenham de ser recolhidos no âmbito do presente procedimento estão sujeitos à Política de Proteção de Dados Pessoais definida pela entidade adjudicante, que pode ser consultada em [www.aguasdoporto.pt](http://www.aguasdoporto.pt) e reguladas no Anexo - Tratamento e Proteção de Dados Pessoais.



## DISPOSIÇÕES PARTICULARES

### Artigo 10.º Objeto

O presente procedimento tem por objeto a **aquisição de serviços para Elaboração de Solução Inteligência Artificial para o Atendimento ao Cliente**, nos termos e condições do Caderno de Encargos anexo.

### Artigo 11.º Critério de adjudicação

- 1 - O critério de adjudicação será o da proposta economicamente mais vantajosa, na **modalidade multifator**, a aferir de acordo com o **Anexo A**.
- 2 - Em caso de empate o critério de desempate será o exposto no ponto 2 do **Anexo A**.

### Artigo 12.º Documentos da proposta

A proposta a apresentar pelos concorrentes deverá conter os seguintes documentos:

- a) Declaração do concorrente, de aceitação do conteúdo do Caderno de Encargos em anexo, elaborada em conformidade com o Anexo a que se refere a alínea a) do número 1 do artigo 57.º do CCP, disponível para preenchimento na Plataforma Eletrónica.
- b) Proposta técnica, onde constem os seguintes elementos:
  - i) Proposta técnica onde a descrição da metodologia da prestação de serviços, podendo esta ser redigidos em língua portuguesa e/ou inglesa;
  - ii) Documentos comprovativos da equipa técnica, com a indicação expressa da experiência profissional respeitante a cada elemento, para efeitos de avaliação do ponto 8 das Cláusulas Técnicas em anexo ao presente Caderno de Encargos;
  - iii) Condições da prestação de serviços.
- c) Proposta financeira onde conste:
  - i) O preço do bem, devendo mencionar-se expressamente que ao preço total acresce o IVA à taxa legal em vigor. O preço total será indicado em algarismos e por extenso, prevalecendo este último em caso de divergência;
  - ii) Os interessados podem apresentar descontos para condições de pagamento a 30 dias ou Pronto Pagamento, a contar da data de receção da fatura na entidade adjudicante.



iii) Apresentação dos preços unitários conforme mapa de quantidades exposto no ponto 11 do Anexo I do Caderno de Encargos.

d) Outros documentos que possam ser considerados relevantes para melhor avaliação da proposta.

**Artigo 13.º Garantia do cumprimento das obrigações contratuais**

Não aplicável.

**Artigo 14.º Prazo da obrigação de manutenção das propostas**

Decorrido o prazo de **66 (sessenta e seis)** dias, contados, nos termos do artigo 470.º CCP, cessa, para o concorrente que não haja recebido comunicação de lhe haver sido adjudicado o presente procedimento, a obrigação de manter a respetiva proposta.

**Artigo 15.º Data-limite para a apresentação da proposta**

A proposta deverá ser apresentada até às 17:00 horas do 6º dia a contar da data do envio do convite.

**Artigo 16.º Propostas variantes**

Não serão admitidas a apresentação de propostas variantes.

**Artigo 17.º Documentos de habilitação especiais**

Não aplicável.

**Artigo 18.º Preço Anormalmente Baixo**

Não aplicável.

**Artigo 19.º Visita/Reunião**

Não aplicável.

**Artigo 20.º Regulamento Interno de Fornecedores**

A apresentação de proposta pelos concorrentes, importa a aceitação tácita do Regulamento Interno de Fornecedores, disponível para consulta em [www.aguasdoporto.pt](http://www.aguasdoporto.pt), o qual contem as regras e os requisitos relativos ao





desenvolvimento do seu objeto, e que assume, de modo informado e voluntário, o compromisso de o cumprir integralmente.

Artigo 21.º **Consulta Preliminar ao Mercado**

Não aplicável.



## Anexo A - Modelo de avaliação das propostas

### 1. Critérios de Avaliação da proposta

Para efeito de avaliação das propostas a receber no âmbito do procedimento, por via de Consulta Prévia, para prestação de serviços de **Desenvolvimento de um chatbot com recurso a inteligência artificial generativa na Águas e Energia do Porto** a classificação final resultará da aplicação da seguinte equação ponderando as classificações obtidas em cada um dos fatores:

- A1 - Qualidade técnica da proposta (ponderação de 45%);
- A2 - Preço da proposta (ponderação de 55%).

Sendo:

CF – Classificação  $CF = (0,45 \times A1) + (0,55 \times A2)$  final;

A1 – Pontuação do fator **qualidade técnica da proposta**;

A2 – Pontuação do fator **preço da proposta**.

Da aplicação da fórmula anteriormente referida resulta uma pontuação global entre 0,45 e 5, sendo considerada a proposta economicamente mais vantajosa aquela cuja pontuação se encontrar mais próxima do valor máximo 5 (cinco). A classificação obtida pela aplicação da fórmula é arredondada, por defeito ou por excesso, à centésima.

#### **A1 - Qualidade técnica da proposta:**

A componente da qualidade técnica (A1) é obtida através da fórmula:

$$A1 = (0,5 \times M) + (0,43 \times E) + (0,07 \times O)$$

Em que:

A1 – Pontuação do fator **qualidade técnica da proposta**;

M – Pontuação do subfactor **metodologia de trabalho**;

E – Pontuação do subfactor **qualidade da equipa técnica**;

O – Pontuação do subfactor **organização dos trabalhos**.

#### **Valorização dos subfactores de avaliação da qualidade técnica da proposta:**

##### **M – Metodologia de trabalho**

A metodologia de trabalho proposta será avaliada em função do entendimento do objeto e objetivos e da explicitação do quadro metodológico e estratégia a adotar, nomeadamente, a sua coerência, adequação e contributos para garantir o



cumprimento dos objetivos estabelecidos e a sua conformidade com cronograma/plano de trabalhos apresentado.

Este subfactor será pontuado de acordo com a seguinte avaliação:

Apreciação	Pontuação
<p>Descrição clara, detalhada e completa da metodologia adequada a empregar no desenvolvimento da presente prestação de serviços.</p> <p>Descreve todas as ações e tarefas a desenvolver, os métodos e as abordagens a utilizar em todas as fases de execução da prestação de serviços e respetivos entregáveis associados, de forma a cumprir todos os objetivos do projeto.</p> <p>Todos os procedimentos, abordagens e técnicas são credivelmente justificados, tendo em conta o âmbito e os objetivos inerentes ao desenvolvimento da prestação de serviços.</p> <p>Apresenta sugestões que valorizam a proposta em termos de metodologia e procedimentos para uma boa execução dos trabalhos.</p>	5
<p>Descrição suficiente e sucinta da metodologia adequada a empregar no desenvolvimento da presente prestação de serviços. Descreve de forma pouca detalhada as ações e tarefas a desenvolver, os métodos e as abordagens a utilizar em todas as fases de execução da prestação de serviços e respetivos entregáveis associados, de forma a cumprir todos os objetivos do projeto.</p> <p>Apresenta sugestões que valorizam a proposta em termos de metodologia e procedimentos para uma boa execução dos trabalhos.</p>	3
<p>Descrição insuficiente da metodologia a empregar no desenvolvimento da presente prestação de serviços. Ausência ou descrição insuficiente de ações e tarefas a desenvolver, dos métodos e abordagens a utilizar em todas as fases de execução da prestação de serviços e respetivos entregáveis associados.</p> <p>Não apresenta sugestões que valorizam a proposta em termos de metodologia e procedimentos para uma boa execução dos trabalhos.</p>	1

## E – Qualidade da equipa técnica

A qualidade da equipa técnica será avaliada em função da experiência de todos os elementos. A prova de habilitações e da experiência de cada elemento da equipa



técnica devem ser feitas através do currículo vitae ou outros documentos que comprovem a experiência/formação (declarações de entidades e/ou contratos celebrados).

Este subfactor será pontuado de acordo com a seguinte avaliação:

Apreciação	Pontuação
A média do número de anos de experiência de todos os elementos é igual ou superior a 7 anos, em projetos do mesmo âmbito.	5
A média do número de anos de experiência de todos os elementos é igual ou superior a 5 anos e inferior a 7 anos, em projetos do mesmo âmbito.	3
A média do número de anos de experiência de todos os elementos é igual ou superior a 3 anos e inferior a 5 anos, em projetos do mesmo âmbito.	1

## O – Organização dos trabalhos

Este subfactor será pontuado de acordo com a seguinte avaliação:

Apreciação	Pontuação
Apresenta e descreve de forma bem desenvolvida e fundamentada o cronograma com a indicação de todas as ações e tarefas inerentes ao desenvolvimento das diferentes fases e respetivos entregáveis associados. A calendarização é realista no que respeita ao tempo necessário à concretização das ações e tarefas.	5
Apresenta de forma pouco desenvolvida e fundamentada o cronograma com a indicação das ações e tarefas inerentes ao desenvolvimento das diferentes fases e respetivos entregáveis associados. A calendarização é realista no que respeita ao tempo necessário à concretização das ações e tarefas.	3
Apresenta o cronograma sem a indicação clara das ações e tarefas a desenvolver nas diferentes fases e respetivos entregáveis associados. A calendarização é pouco realista no que respeita ao tempo necessário à concretização das ações e tarefas.	1



Se o cronograma apresentado exceder o prazo limite estabelecido nas cláusulas técnicas, a proposta será automaticamente excluída.

### **A2 - Preço da proposta:**

A componente relativa ao preço da proposta (A2) será avaliada, entre 0 e 5, e é obtida através da fórmula:

Em que:

$$A2 = \frac{P_{base} - P_{prop}}{P_{base}} \times 5$$

A2 – Pontuação do fator **preço da proposta**;

Pbase – **Preço base do procedimento**;

Pprop – **Preço contratual da proposta**.

## **2. Critério de desempate**

No caso de se verificar um empate na classificação global das propostas, o desempate será obtido pela aplicação sucessiva dos seguintes critérios:

- a) Proposta com maior pontuação no subfactor **metodologia de trabalho**;
- b) Proposta com maior pontuação no subfactor **qualidade da equipa técnica**;
- c) Proposta com maior pontuação no subfactor **organização dos trabalhos**;
- d) Proposta com maior pontuação no fator **preço da proposta**;
- e) Caso o empate persista, o desempate é feito por sorteio, realizado pelo júri do procedimento na presença de um representante de cada um dos concorrentes empatados, sendo redigida ata a assinar por todos os intervenientes.

